

# TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE

Marina Silva da Cunha\*

## RESUMO

*Este artigo tem como objetivo analisar as mudanças no mercado de trabalho do Estado do Paraná, com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, para o período de 1992 a 2006. Os resultados do trabalho apontam um crescimento da população economicamente ativa acima do aumento da população total e da população em idade ativa, indicando, conseqüentemente, um aumento da oferta de trabalho. Apesar da redução do desemprego na década atual, este caiu nas áreas urbanas e aumentou nas áreas rurais no período estudado, sugerindo a necessidade de maior atenção das políticas públicas para os problemas sociais nessas localidades. Por fim, verifica-se um aumento dos postos de trabalho na indústria e no comércio e serviços, enquanto a agricultura vem perdendo postos, especialmente nas regiões não-metropolitanas.*

*Palavras-chave: Mercado de trabalho. Paraná. Desemprego.*

## ABSTRACT

*The objective of this work is to analyze the changes in the labor market of the State of Paraná, based on data provided by the National Sample Household Survey (PNAD), from IBGE, for the period 1992-2006. The results of the study point towards an increase in the economically active population, higher than the increase in total population and active age population. Consequently, suggest an increase of the labor supply. Despite of the unemployment decrease in the present decade, the rate fell in urban areas and increased in rural areas during the examined period, suggesting the need for closer attention on public policies in these localities. Finally, the work indicates an increase in job openings in industry, commerce and services fields during the period, and a decrease in agricultural-related labor force occupation, particularly in non-metropolitan areas.*

*Keywords: Labor market. Paraná. Unemployment.*

---

\*Economista, doutora em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mscunha@uem.br

Artigo recebido para publicação em maio/2008. Aceito para publicação em agosto/2010.

## INTRODUÇÃO

A estrutura produtiva do Paraná passou por importantes transformações na década de 1990, especialmente em função da nova Constituição de 1988, que desencadeou a chamada “Guerra Fiscal” entre os estados da federação. Com isso, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) tem ganhado importantes investimentos e, em menor escala, alguns polos produtivos no interior do Estado. Para Nojima (2002), as mudanças na base produtiva do Estado do Paraná foram qualitativas e quantitativas, destacando-se o setor automobilístico, além de outros ramos, tais como a siderurgia, a madeira e a agroindústria, sinalizando mudanças tecnológicas e de produtividade. Segundo Macedo, Vieira e Meiners (2002), a forma de inserção da economia paranaense na dinâmica espacial nacional está sendo redesenhada pela natureza dos fluxos e pela intensidade dos investimentos no Estado.<sup>1</sup>

As mudanças na base econômica do Estado tiveram reflexos nos fluxos e no perfil da população paranaense. Conforme Kleinke, Deschamps e Moura (1999), estudos apontam a conformação de uma aglomeração populacional na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, na Norte Central, que inclui as regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, e em outros poucos pontos do Estado; por outro lado, identificam extensas áreas em ritmo de esvaziamento. Para Magalhães e Kleinke (2000), esse processo migratório com adensamento populacional em áreas urbanas se reflete em uma periferização de amplos segmentos da população e no acirramento das disparidades sociais, pois ocorre em um cenário de crise do emprego, de achatamento dos níveis de renda e de empobrecimento da população.

Evidentemente, o mercado de trabalho brasileiro também se transformou nas últimas décadas. Destaca-se o aumento do nível do desemprego, uma vez que o crescimento econômico do País tem-se mostrado incapaz de absorver a oferta de trabalho existente (RAMOS e VIEIRA, 2000). Inúmeros trabalhos chamam a atenção para o fato de que alterações no perfil demográfico da população brasileira, em termos de estrutura etária e composição por sexo, geram impactos no mercado de trabalho, especialmente no lado da oferta de mão de obra (LEONE, 2003; CAMARANO, 2006). Assim, estudos dessa natureza são relevantes para a elaboração de políticas públicas voltadas a um melhor desempenho da economia, relacionado à eficiência, à produção e ao bem-estar dos trabalhadores.

Diante desse contexto de transformações na base produtiva do Paraná e no mercado de trabalho nacional, este artigo tem como objetivo analisar as mudanças no mercado de trabalho paranaense, a partir do início da década de 1990, com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Este trabalho está subdividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, são apresentadas a evolução da população

---

<sup>1</sup> Para Ipardes (2003) e Macedo, Vieira e Meiners (2002), esta forma de inserção do Paraná pode ser caracterizada segundo o polígono (Centro-Sul), traçado por Diniz (1995), ou como uma ilha de produtividade, definida por Pacheco (1995).

paranaense e algumas de suas características, bem como a participação da população economicamente ativa. Em seguida, são analisadas as mudanças no perfil da população economicamente ativa ocupada e desocupada no período. Por fim, são discutidas algumas das principais transformações na população economicamente ativa ocupada, destacando-se os principais setores da atividade econômica do Estado.

## 1 A OFERTA DE TRABALHO

O presente estudo tem como base as informações das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios do IBGE referentes ao período de 1992 a 2006.<sup>2</sup> A PNAD foi implementada a partir de 1967, com sucessivas modificações e aprimoramentos, o que tem permitido um melhor acompanhamento do mercado de trabalho no País, propiciando a elaboração de estudos mais detalhados sobre o tema, utilizando microdados.<sup>3</sup> Além disso, tem a vantagem de ser uma pesquisa anual, diferentemente do Censo Demográfico e da Contagem da População, que ocorrem em períodos mais longos, comumente a cada 10 anos.

A tabela 1, a seguir, traz a evolução da amostra e da estimativa da população paranaense, obtida pela expansão da amostra, através dos pesos dos indivíduos disponibilizados nas PNADs, no período analisado. Buscando homogeneizar os dados e as análises, foram excluídos os indivíduos com informações incompletas sobre uma ou mais das características analisadas, tais como nível de instrução, cor, posição na ocupação, rendimento e setor de atividade. As informações originais, sem a aplicação desses filtros, encontram-se na tabela do apêndice, ao final deste artigo.

No período, ocorre um acréscimo de 21,7% da população paranaense, de 8.463.067, em 1992, para 10.298.743 pessoas, em 2006. Conforme Camarano (2006), os componentes do crescimento da população em um país são as taxas de fecundidade e de mortalidade, as quais vêm caindo substancialmente desde a segunda metade do século passado, e o saldo da migração internacional, que, apesar de negativo nas últimas décadas, não chega a comprometer o ritmo de crescimento da população brasileira.<sup>4</sup> A situação do Paraná resulta relativamente distinta. Ao longo do mesmo período a fecundidade e a mortalidade revelaram tendências similares à média nacional, porém os movimentos migratórios internos ao Estado, bem como os interestaduais, condicionaram fortemente a evolução populacional do Estado e sua distribuição interna.

<sup>2</sup> Excepcionalmente no ano de 1994 e, devido ao Censo Demográfico, no ano de 2000, não foi realizada a pesquisa.

<sup>3</sup> Ressalta-se que a PNAD tem várias limitações, tais como aquelas relacionadas aos rendimentos que podem subestimar as rendas agrícolas, levando a uma redução das diferenças regionais e das medidas de desigualdade, segundo Hoffmann (2000). No entanto, apesar das suas limitações, as informações da PNAD são de boa qualidade. Para uma análise das vantagens da PNAD em relação a outras fontes de informação sobre o mercado de trabalho, ver Ramos (2006).

<sup>4</sup> Em média, no Brasil, o número de filhos por mulher ao final da vida reprodutiva, que em 1930-1935 era igual a 6,2 filhos, passou para 2,1 em 1999-2004. Com relação à mortalidade, a esperança de vida ao nascer da população masculina passou de 58,4 anos para 66,0 anos, entre 1980 e 2000. Já a da população feminina foi de 65,5 para 74,5 anos, no mesmo período (CAMARANO, 2006).

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO PARANÁ - 1992/2006

ANO	AMOSTRA	POPULAÇÃO <sup>(1)</sup>						
		Paraná	Região Metropolitana			Região Não-Metropolitana		
			TOTAL	Urbana (%)	Rural (%)	TOTAL	Urbana (%)	Rural (%)
1992	19.340	8.463.067	2.077.594	94,52	5,48	6.385.473	68,39	31,61
1993	19.183	8.565.691	2.139.040	94,36	5,64	6.426.651	70,67	29,33
1995	20.177	8.782.330	2.270.104	94,78	5,22	6.512.226	72,73	27,27
1996	19.695	8.911.220	2.346.603	94,59	5,41	6.564.617	73,63	26,37
1997	17.237	7.650.677	2.039.441	92,98	7,02	5.611.236	73,88	26,12
1998	20.116	9.093.967	2.462.168	92,75	7,25	6.631.799	73,98	26,02
1999	20.861	9.290.077	2.536.462	91,78	8,22	6.753.615	75,01	24,99
2001	19.050	9.588.987	2.798.613	90,71	9,29	6.790.374	78,55	21,45
2002	19.247	9.748.958	2.887.550	90,52	9,48	6.861.408	80,15	19,85
2003	19.155	9.878.509	2.966.714	91,29	8,71	6.911.795	80,89	19,11
2004	19.562	10.018.880	3.033.931	90,82	9,18	6.984.949	80,45	19,55
2005	19.588	10.133.533	3.109.765	90,58	9,42	7.023.768	80,96	19,04
2006	19.931	10.298.743	3.199.327	90,76	9,24	7.099.416	81,72	18,28

FONTE: PNAD

NOTA: Elaboração da autora.

(1) A estimativa da população é obtida utilizando os fatores de expansão disponibilizados pelo IBGE.

Segundo Magalhães e Kleinke (2000), entre 1940 e 1970 o ritmo de crescimento da população paranaense foi intenso, superando a média nacional. Já nas décadas de 1970 e 1980 foi mais lento, especialmente em decorrência do processo de modernização da agricultura e dos processos migratórios para fora do Estado. No início da década de 1990, esse ritmo aumentou um pouco mais em função dos anos de crise econômica no País e das mudanças nos processos produtivos e de trabalho, os quais reduziram as oportunidades de trabalho nos mercados urbanos da Região Sudeste, em especial em São Paulo, além do esgotamento das fronteiras agrícolas nas Regiões Norte e Centro-Oeste.<sup>5</sup> Com isso, houve um refreamento das saídas populacionais para fora do Estado e as migrações internas adquiriram maior peso na dinâmica populacional do Paraná.

O aumento populacional na Região Metropolitana de Curitiba vem sendo destacado em diversos estudos. Em 1992, a população da RMC representava 24,5% do total do Estado; já em 2006, correspondia a 31,1%, aproximadamente. O adensamento populacional em grandes cidades, especialmente nas regiões metropolitanas, pode gerar problemas sociais, como a pobreza e a violência, conforme Diniz (1995). Rocha (2006), utilizando informações das PNADs, conclui que a pobreza e a indigência constituem crescentemente um problema urbano e metropolitano. Assim, esse assunto mereceria maior atenção por parte das políticas públicas, uma vez que o crescimento populacional sem planejamento pode gerar diversas consequências, associadas sobretudo à violência.

<sup>5</sup> Entre 1960 e 1970, a taxa de crescimento anual da população paranaense foi de 4,97%, e entre 1970 e 1980, entre 1980 e 1991 e, por fim, entre 1991 e 1996, foi de 0,97%, 0,93% e 1,30%, respectivamente (MAGALHÃES e KLEINKE, 2000). Essas taxas foram obtidas com base nos Censos Demográficos do IBGE de 1960, 1970, 1980 e 1991 e da Contagem da População de 1996.

Quando a população metropolitana e não-metropolitana é subdividida em urbana e rural verificam-se dois fenômenos opostos. Enquanto nas regiões não-metropolitanas a população mantém um processo de redução absoluta e relativa nas áreas rurais, nas regiões metropolitanas ocorre o inverso, com um aumento da população nessas áreas. Esse fato sugere que a RMC encontra-se em uma etapa diferenciada da dinâmica populacional, indicando um esgotamento da capacidade da área urbana da metrópole de absorver o seu crescimento demográfico.

Para Graziano da Silva (1997), o meio rural brasileiro não pode mais ser entendido apenas como agrário, pois há um conjunto de novas atividades não-agrícolas que estão cada vez mais respondendo pela dinâmica populacional dessas localidades. Segundo Graziano da Silva (1997, p.43), ocorreu uma urbanização do meio rural brasileiro, como consequência do processo de industrialização da agricultura e do “[...] transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”.

As mulheres têm aumentado sua participação na população total, de 50,0% para 51,5%, entre 1992 e 2006 (tabela 2). Uma possível explicação para isto é o aumento, no País, do número de mortes da população jovem masculina por causas externas, conforme Camarano (2006).

A tabela 2 traz também a composição da população segundo a cor, indicando que apenas a população branca vem reduzindo sua participação no Estado, passando de 76,8% para 73,2%, no período estudado.

A evolução etária da população paranaense no período em análise pode ser observada na mesma tabela, bem como no gráfico 1. Pelos dados da tabela, é possível notar o envelhecimento da população. Ocorre uma redução expressiva da participação abaixo de 25 anos de idade, e um aumento do peso dos idosos, embora o percentual da faixa etária de 25 até 39 anos tenha permanecido quase estável no período. Esse fato também está representado no gráfico 1, uma vez que a curva de idade para o ano de 2006 está abaixo da curva para o ano de 1992, para as faixas etárias inferiores, e acima, nas faixas superiores.

O envelhecimento da população pode ser atribuído à redução, nas últimas décadas, das taxas de mortalidade e fecundidade no Brasil (LEONI, 2003). Camarano (2002) ressalta ainda que esse fenômeno é mundial, com implicações e preocupações para o Estado, os setores produtivos e as famílias, como, por exemplo, aquelas referentes ao sistema previdenciário. Não obstante, a queda da mortalidade, a melhoria nas condições de saúde e de acesso aos serviços de saúde e as mudanças tecnológicas têm propiciado uma sobrevivência ao idoso, reduzindo o seu grau de dependência mental e física, aumentando o seu rendimento médio e, conseqüentemente, diminuindo os níveis de pobreza e indigência.

No Paraná, a idade média da população aumentou de 26,31 para 31,11 anos, conforme as informações das PNADs de 1992 para 2006. Em 2006, havia 25,1% da população com 0 a 14 anos; 68,1% com 15 a 64 anos, e os restantes 6,7% com 65 anos ou mais. Essa realidade era similar à nacional, a qual, segundo o

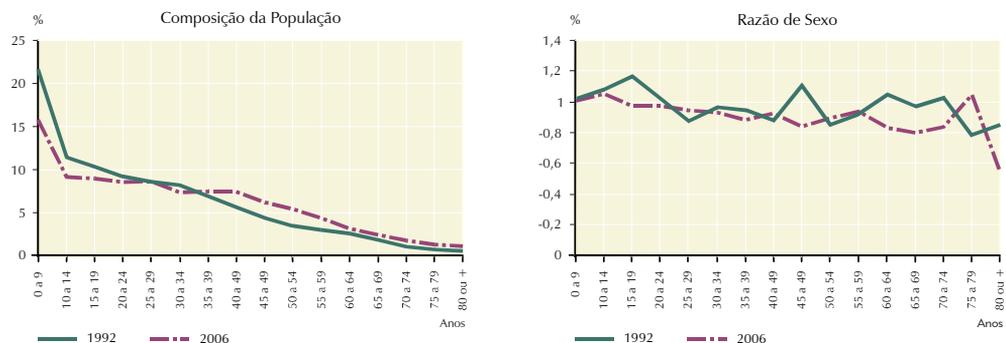
IBGE (2004), apresentava, em 2000, os percentuais, respectivamente, de 29,5%, 64,3% e 5,9% da população. Ainda segundo essa pesquisa, em 2050 a população brasileira poderá atingir 259,9 milhões de habitantes, o que corresponde a um aumento aproximado de 90 milhões em relação a 2000. Estima-se que a faixa de 0 a 14 anos passará para 17,9% da população, a faixa de 15 a 64 anos, com poucas alterações, para 63,3%, e, entre as pessoas idosas, de 65 anos ou mais, para 18,8%. Com isso, haverá um aumento da demanda de serviços e recursos para adultos e idosos, em detrimento das crianças e jovens.

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO O SEXO E A COR - PARANÁ - 1992/2006

VARIÁVEL	COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO (%)												
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Sexo</b>													
Homem	49,98	49,30	49,60	48,85	45,84	49,43	49,23	49,73	48,85	48,60	49,10	48,86	48,49
Mulher	50,02	50,70	50,40	51,15	54,16	50,57	50,77	50,27	51,15	51,40	50,90	51,14	51,51
<b>Cor/Raça</b>													
Indígena	0,24	0,17	0,23	0,20	0,29	0,44	0,37	0,24	0,10	0,15	0,11	0,20	0,28
Branca	76,77	76,72	74,92	79,13	75,98	75,84	76,17	76,43	75,82	74,30	74,71	73,13	73,15
Negra	2,04	2,69	1,58	1,84	2,21	2,17	2,42	2,52	3,01	2,50	2,29	2,47	2,61
Amarela	0,81	1,04	1,02	0,83	0,86	0,79	0,94	0,85	0,81	0,82	0,70	0,96	0,95
Parda	20,15	19,38	22,25	18,01	20,67	20,75	20,11	19,95	20,26	22,23	22,18	23,23	23,01
<b>Idade</b>													
0 a 14 anos	33,43	32,75	31,96	31,21	30,35	30,24	29,86	28,52	26,99	26,80	25,96	25,82	25,14
15 a 24 anos	19,46	19,15	19,01	18,45	21,08	18,80	18,68	18,18	18,37	18,05	17,33	17,39	17,61
25 a 39 anos	23,61	23,45	23,30	23,74	23,67	23,20	23,50	23,64	23,88	23,38	24,20	23,86	23,69
40 a 59 anos	16,52	17,50	18,18	18,41	17,64	19,38	19,70	20,60	21,69	22,29	22,79	22,83	23,68
60 anos ou +	6,95	7,13	7,52	8,16	7,24	8,36	8,23	9,05	9,08	9,48	9,72	10,09	9,87

FONTE: PNAD

GRÁFICO 1 - COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO E RAZÃO DE SEXO<sup>(1)</sup>, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE - PARANÁ - 1992 e 2006



FONTE: PNAD

(1) A razão de zexo é a relação entre o número de homens e o de mulheres na população.

O gráfico 1 também traz a razão de sexo da população paranaense, por grupos etários, em 1992 e 2006. Observa-se que as mulheres sobressaem na maioria dos segmentos em 1992. Em 2006, com exceção dos mais jovens e da faixa etária de 75 a 79 anos, as mulheres são maioria, isto é, as informações sugerem que há uma tendência de aumento da população feminina em detrimento da masculina no Estado. Os fluxos migratórios em alguns períodos podem explicar o aumento relativo do número de homens em algumas faixas etárias, o que é mais evidente em 1992.<sup>6</sup> Deve-se ressaltar a redução da população jovem masculina, que pode ser verificada pela queda na razão de sexo nos grupos etários de 10 a 14 e de 15 a 19 anos, de 1992 para 2006.

Na tabela 3, a seguir, tem-se a evolução da população em idade ativa (PIA), no Paraná, que considera a população com 10 anos ou mais de idade, e da população economicamente ativa (PEA), que são as pessoas que estão ocupadas e aquelas que estão procurando emprego ou desocupadas. Pode-se dizer que a PEA constitui-se na oferta de trabalho.<sup>7</sup> Neste artigo, considera-se como pessoas ocupadas aquelas que possuem trabalho remunerado na semana de referência, ou possuem trabalho não-remunerado mas trabalharam pelo menos 15 horas. As pessoas desocupadas ou desempregadas são aquelas que não tinham trabalho, mas que procuraram emprego no período. Também foram consideradas desempregadas aquelas pessoas que trabalharam menos de 15 horas em trabalho não-remunerado, ou para o próprio consumo, ou em construção própria, e procuraram trabalho no período. Com isso, esses ocupados e desocupados compõem a chamada PEA efetiva; as demais pessoas não-remuneradas e as que trabalham para o consumo próprio ou para a construção própria fazem parte da PEA marginal.<sup>8</sup>

A população em idade ativa (PIA) cresceu de 78,1% para 84,1% da população paranaense, de 1992 para 2006, ou seja, 7,7%. Já a população economicamente ativa (PEA) cresceu 9,1% nesses anos, de 50,7% para 55,3%. No entanto, a PEA efetiva apresentou um crescimento de 20,5%, de 40,9% para 49,3%, enquanto a PEA marginal decresceu sua participação na população total em 25,2%, a saber, de 9,8% para 6,0%. Assim, esses resultados, especialmente quando se considera a PEA efetiva, sugerem um aumento da oferta de trabalho, no Estado, acima do crescimento da população. Esses resultados são analisados mais detalhadamente na próxima seção, em que a PEA efetiva é subdividida em ocupada e desocupada, permitindo verificar a evolução do emprego e do desemprego no Paraná no período.

<sup>6</sup> Ver Magalhães e Kleinke (2000).

<sup>7</sup> Assim, são considerados na oferta de trabalho os indivíduos com 10 anos ou mais, ou seja, há um limite inferior, mas não um superior, para a participação na PEA. Deve-se salientar que a oferta de trabalho também pode seguir outras delimitações, como a sugerida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que considera a faixa etária de 16 a 65 anos.

<sup>8</sup> Ver Ramos (2006) para uma aplicação dos conceitos de PEA efetiva e marginal.

TABELA 3 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) - PARANÁ - 1992/2006

ANO	PIA	PEA		
		Total	Efetiva	Marginal
1992	6.608.053	4.291.226	3.464.390	826.836
1993	6.749.959	4.297.472	3.507.721	789.751
1995	6.961.119	4.599.462	3.795.234	804.228
1996	7.104.572	4.493.418	3.808.896	684.522
1997	6.276.700	3.806.753	3.190.448	616.305
1998	7.276.402	4.595.267	3.948.038	647.229
1999	7.443.832	4.753.863	4.093.433	660.430
2001	7.797.545	4.969.672	4.325.713	643.959
2002	8.050.386	5.228.288	4.606.251	622.037
2003	8.181.754	5.307.823	4.660.429	647.394
2004	8.360.246	5.489.414	4.898.073	591.341
2005	8.452.317	5.529.612	4.925.757	603.855
2006	8.658.471	5.698.464	5.080.171	618.293

FONTE: PNAD

## 2 O EMPREGO E O DESEMPREGO

O desemprego tem recebido atenção crescente nas últimas décadas, tanto no cenário nacional quanto no internacional. O alto nível de desemprego, especialmente nos países europeus, e o seu nível relativamente mais baixo nos Estados Unidos, têm sido associados às instituições, que tornam menos flexível o mercado de trabalho dos primeiros. No Brasil, o aumento do desemprego, a partir do início da década de 1990, tem sido associado ao baixo crescimento econômico, como já salientado. Amadeo (2006) inclui outros fatores que devem ter contribuído para explicar o desemprego na década de 1990, tais como a abertura econômica, a adoção de novas tecnologias, a Constituição de 1988 e o aumento da carga tributária.

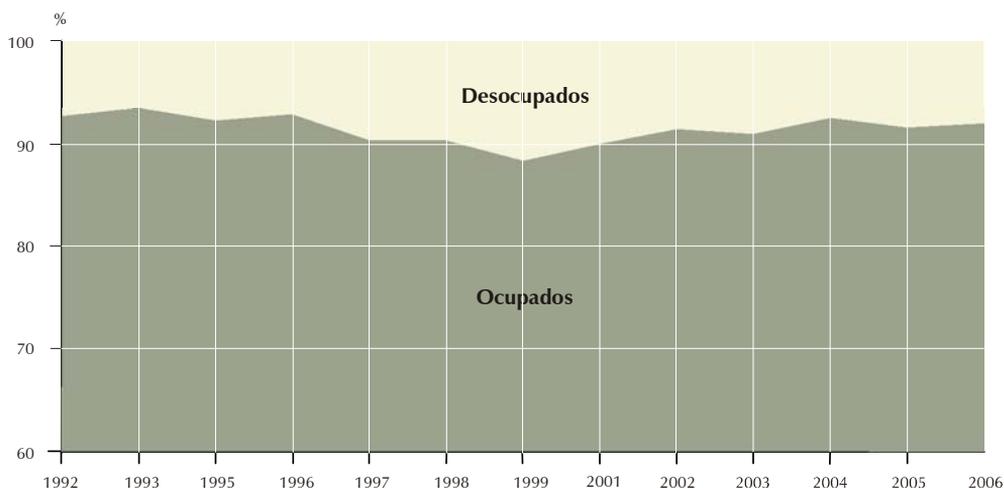
Assim, nos últimos anos ocorreram importantes transformações na economia brasileira e o mercado de trabalho tem passado por mudanças relevantes e, sobretudo, não vem conseguindo gerar postos de trabalho suficientes para atender à oferta de trabalho. No período recente, a economia tem apresentado um crescimento acima do observado na década de 1990. Conseqüentemente, para o mercado de trabalho este cenário é melhor do que o dessa década anterior, com uma redução no nível do desemprego.

No Paraná, seguindo a tendência nacional, os desempregados ou desocupados aumentaram sua participação na PEA efetiva, de 7,5%, em 1992, para 8,0%, em 2006, conforme o gráfico 2.<sup>9</sup> Até o final da década de 1990, o desemprego segue uma tendência de crescimento, em que atinge o maior nível em 1999, com 11,7%, ano da desvalorização do real e quando o PIB brasileiro apresentou um crescimento de apenas 0,25%, conforme o IBGE.<sup>10</sup> A partir daquele ano o desemprego se reduz para um patamar em torno de 8,5%, inferior ao da década anterior.

<sup>9</sup> Nos demais anos, conforme as informações das PNADs de 1993 até 2005, as proporções de desocupados foram iguais a 6,66%, 7,77%, 7,16%, 9,73%, 9,70%, 11,75%, 9,89%, 9,62%, 9,91%, 8,46% e 9,18%, respectivamente.

<sup>10</sup> O ano de 1998 também não foi bom para a economia brasileira, que apresentou um crescimento de apenas 0,04%.

GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO DA PEA EFETIVA, OCUPADOS E DESOCUPADOS - PARANÁ - 1992/2006



FONTE: PNAD

Com isso, na década atual, a proporção de ocupados cresceu relativamente, mesmo sendo insuficiente, ainda, para deixar os indicadores do mercado de trabalho em um nível satisfatório. No período de 2002 a 2006, a variação real do PIB brasileiro foi de 2,66%, 1,15%, 5,71%, 3,16% e 3,75%, enquanto a do PIB paranaense, para 2003 a 2006, foi de 4,48%, 4,94%, -0,10% e 1,4%.<sup>11</sup>

Vale ressaltar, conforme Ramos e Brito (2002), que a taxa de desemprego deve ser analisada com cautela, pois se constitui no resultado da taxa de ocupação da economia e da taxa de participação da população no mercado de trabalho, ou seja, da demanda e da oferta de trabalho, sendo que as duas taxas são pró-cíclicas, mas a primeira é mais lenta. Assim, em um período de crescimento, os empresários são levados a investir mais; no entanto, os indivíduos que estavam fora do mercado de trabalho por desalento reagem mais rápido, em busca de uma nova oportunidade. Contudo, a taxa de desemprego pode ser considerada como a variável mais relevante do mercado de trabalho, por refletir o seu desempenho.

A tabela 4 aponta um crescimento da proporção da PEA efetiva na RMC de 26,1% para 32,6%, de 1992 para 2006, embora a maior parcela do mercado de trabalho do Estado ainda esteja nas regiões não-metropolitanas. No período de 1992 a 1999, a proporção de pessoas desocupadas na área urbana da RMC era,

<sup>11</sup> As informações para a taxa de variação dos PIBs brasileiro e paranaense foram obtidas junto ao IPARDES (2007). Destaca-se que, para o ano de 2006, a taxa de variação do PIB do Paraná constitui-se em uma estimativa. O resultado para o ano de 2005 pode ser atribuído ao setor agrícola, que enfrentou estiagem durante o período de desenvolvimento das plantações, segundo Suzuki Jr. (2005), e, para o ano de 2006, pode ser justificado pelo comportamento da indústria, com crescimento de 0,0%, afetada pela forte apreciação cambial, enquanto a agropecuária cresceu 6,3% e os serviços 2,4%, segundo Suzuki Jr. (2007). Os dados de Suzuki Jr. (2005; 2007) correspondem a estimativas.

em média, de 9,1% e, no período de 2001 a 2006, de 8,9%. Já nas áreas urbanas das regiões não-metropolitanas, atingiu 7,5% e 7,3%, respectivamente.<sup>12</sup> Em geral, observam-se um crescimento do desemprego até o final da década de 1990 e uma redução na década de 2000.<sup>13</sup> Por outro lado, nas áreas rurais, tanto da região metropolitana quanto da região não-metropolitana, ocorre um aumento dessa proporção de desocupados para os dois períodos, em média de 0,45% para 0,71% na primeira e de 0,71% para 0,77% na segunda.

TABELA 4 - COMPOSIÇÃO DA PEA EFETIVA, PARA OCUPADOS E DESOCUPADOS, SEGUNDO A REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA E O DOMICÍLIO RURAL E URBANO - PARANÁ - 1992/2006

VARIÁVEL	COMPOSIÇÃO DA PEA EFETIVA (%)												
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Metropolitana													
% da PEA efetiva	26,1	25,6	27,4	28,7	29,2	29,4	29,3	31,2	31,5	31,2	32,1	32,6	32,6
Urbana	95,96	95,28	95,86	95,51	94,29	93,82	93,36	91,77	92,01	92,67	92,58	91,71	92,21
Ocupada	87,53	88,36	88,18	88,66	83,92	82,14	81,35	81,71	82,81	83,22	84,67	82,77	84,48
Desocupada	8,43	6,92	7,69	6,85	10,37	11,68	12,01	10,07	9,20	9,45	7,91	8,94	7,74
Rural	4,04	4,72	4,14	4,49	5,71	6,18	6,64	8,23	7,99	7,33	7,42	8,29	7,79
Ocupada	3,81	4,66	4,04	4,20	5,11	5,30	5,65	7,43	7,13	6,85	6,63	7,62	7,14
Desocupada	0,23	0,06	0,10	0,29	0,59	0,88	0,99	0,80	0,86	0,48	0,78	0,67	0,65
Não-Metropolitana													
% da PEA Efetiva	73,9	74,4	72,6	71,3	70,8	70,6	70,7	68,8	68,5	68,8	67,9	67,4	67,4
Urbana	76,09	77,22	78,85	78,79	80,39	78,57	80,20	82,84	84,57	84,59	84,56	84,47	85,19
Ocupada	69,45	71,35	71,81	72,27	71,98	70,94	69,75	74,18	77,23	76,71	78,57	77,67	78,08
Desocupada	6,64	5,87	7,04	6,53	8,41	7,63	10,44	8,66	7,34	7,87	5,99	6,79	7,12
Rural	23,91	22,78	21,15	21,21	19,61	21,43	19,80	17,16	15,43	15,41	15,44	15,53	14,81
Ocupada	23,49	22,10	20,42	20,56	18,79	20,54	19,02	16,37	14,80	14,79	14,47	14,69	14,04
Desocupada	0,42	0,68	0,73	0,65	0,81	0,89	0,79	0,79	0,63	0,62	0,97	0,84	0,77

FONTE: PNAD

Considerando o total de desocupados do meio rural, metropolitano e não-metropolitano, conforme as informações da PNAD, em 1992, eram 12.819 indivíduos desocupados no meio rural e, em 2006, este número subiu para 36.994 indivíduos. Isto sugere que os problemas sociais também vêm ganhando proporções maiores no meio rural.

Na região não-metropolitana, o ano em que o desemprego rural atingiu o seu maior nível foi em 2004, com 32.273 indivíduos procurando emprego nessa localidade, o que pode ser explicado pelos problemas enfrentados pela agricultura, quando a Região Sul enfrentou seca, prejudicando o setor. Além dos problemas climáticos, nesta década, o setor agrícola enfrentou períodos com baixos níveis dos preços das

<sup>12</sup> Embora a proporção da PEA efetiva desocupada tenha aumentado de 6,64% para 7,12%, de 1992 para 2006, nas áreas urbanas das regiões não-metropolitanas a proporção da PEA efetiva também aumentou nessa localidade, em quase 10 pontos percentuais, em relação à sua área rural, de 76,09% para 85,19%. Assim, o desemprego relativo foi de 8,73% para 8,36%, entre esses dois anos.

<sup>13</sup> A taxa de desemprego aberto do IBGE, calculada com base na Pesquisa Mensal do Emprego, ficou em média igual a 11,8% ao mês, para o período de janeiro de 2002 a dezembro de 2006.

*commodities* e da cotação do dólar, além de problemas com a febre aftosa, o que vem prejudicando o setor exportador tanto no Paraná quanto no País.

Seguindo o deslocamento da população total, observado na seção anterior, na área rural a PEA efetiva ocupada tem aumentado sua participação relativa na RMC, de 3,8%, em 1992, para 7,8%, em 2006. Por outro lado, constata-se que ocorreu uma redução dessa parcela da PEA na área rural da região não-metropolitana, de 23,9% para 14,8%, respectivamente.

A tabela 5 traz a participação da mulher no mercado de trabalho, apontando uma tendência positiva. Embora o crescimento da população feminina no período, em relação à masculina, tenha sido de apenas 1,5 ponto percentual, na PEA efetiva ocupada o crescimento foi de 8,0 pontos percentuais, mas ainda é inferior à PEA efetiva masculina, que representa 59,1% em 2006. Por outro lado, na PEA efetiva desocupada o cenário se inverte, uma vez que a participação das mulheres cresceu e se tornou superior à masculina, com 54,4% da total, ao final do período.

TABELA 5 - COMPOSIÇÃO DA PEA EFETIVA, PARA OCUPADOS E DESOCUPADOS, SEGUNDO SEXO, COR E IDADE - PARANÁ - 1992/2006

VARIÁVEL	COMPOSIÇÃO DA PEA EFETIVA (%)												
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Ocupados</b>													
Sexo													
Homem	67,31	66,79	65,38	64,83	60,32	65,60	64,07	62,57	60,74	60,45	59,73	59,36	59,27
Mulher	32,69	33,21	34,62	35,17	39,68	34,40	35,93	37,43	39,26	39,55	40,27	40,64	40,73
Cor/Raça													
Indígena	0,20	0,11	0,18	0,16	0,23	0,40	0,34	0,26	0,11	0,19	0,10	0,28	0,29
Branca	76,14	75,46	74,38	78,25	75,42	75,94	76,71	76,22	76,17	74,37	74,38	73,22	72,91
Negra	2,67	2,77	1,92	2,24	2,54	2,81	2,68	2,72	3,60	2,78	2,78	2,96	3,27
Amarela	0,78	1,17	1,05	0,85	0,69	0,83	0,92	0,95	0,80	0,80	0,72	1,04	0,86
Parda	20,21	20,48	22,47	18,49	21,11	20,01	19,34	19,85	19,33	21,87	22,01	22,49	22,66
Idade													
10 a 14 anos	2,58	2,46	5,74	4,35	4,36	3,15	3,47	2,41	0,71	0,56	0,63	0,65	0,59
15 a 24 anos	25,50	24,64	25,11	24,63	27,62	23,43	23,03	22,08	21,35	20,66	19,52	20,09	19,23
25 a 39 anos	40,69	41,23	36,53	38,18	37,04	37,82	38,17	38,17	40,29	39,60	40,79	39,81	39,64
40 a 59 anos	26,46	26,95	26,92	27,26	26,11	29,46	29,15	30,94	32,95	33,98	33,82	34,24	35,47
60 anos ou +	4,77	4,74	5,71	5,58	4,86	6,14	6,18	6,41	4,70	5,19	5,24	5,21	5,08
<b>Desocupados</b>													
Sexo													
Homem	56,20	50,33	54,56	51,28	45,43	50,47	52,68	50,52	47,13	50,54	47,52	48,17	45,64
Mulher	43,80	49,67	45,44	48,72	54,57	49,53	47,32	49,48	52,87	49,46	52,48	51,83	54,36
Cor/Raça													
Indígena	0,00	0,00	0,19	0,10	0,00	0,00	0,18	0,48	0,33	0,00	0,00	0,10	0,20
Branca	72,30	75,36	69,96	75,37	71,80	68,90	71,70	69,97	67,22	68,86	68,86	66,63	68,91
Negra	2,23	2,14	1,63	3,41	2,84	2,89	3,19	4,10	4,84	3,11	3,11	3,84	2,48
Amarela	0,66	0,99	0,48	0,32	0,36	0,32	0,47	1,09	0,18	0,48	0,48	0,73	0,10
Parda	24,81	21,51	27,74	20,80	25,00	27,89	24,46	24,36	27,43	27,56	27,56	28,70	28,31
Idade													
10 a 14 anos	10,42	11,02	7,72	9,20	7,56	5,79	5,17	2,74	3,26	4,40	3,45	2,14	1,95
15 a 24 anos	46,35	45,70	44,73	41,67	48,65	46,70	43,92	48,46	49,02	46,52	48,84	49,60	51,78
25 a 39 anos	30,25	28,45	28,79	31,64	30,03	29,30	29,75	31,29	28,82	28,33	28,68	29,65	26,33
40 a 59 anos	11,17	13,50	16,66	15,17	12,22	16,67	18,99	16,22	16,98	18,40	17,32	17,10	17,90
60 anos ou +	1,81	1,34	2,11	2,32	1,54	1,54	2,17	1,29	1,92	2,35	1,71	1,51	2,04

FONTE: PNAD

Dessa forma, seguindo uma tendência nacional e internacional, as mulheres têm aumentado sua participação no mercado de trabalho, mas de uma maneira gradual, pois enfrenta diversas barreiras. Ramos e Soares (1994) distinguem três barreiras que dificultam a entrada da mulher no mercado de trabalho, denominadas discriminatórias, de natureza cultural, religiosa e econômica, podendo ser citado, por exemplo, o fato de a mulher ter filhos menores, a religião não permitir que ela trabalhe e o salário oferecido ser muito baixo. Com isso, o ciclo de participação das mulheres no mercado de trabalho é bem mais incerto que o dos homens, sendo afetado pelo casamento, pela fecundidade e pela família.

Seguindo o comportamento da população total do Estado do Paraná, a participação dos brancos, tanto na PEA efetiva ocupada quanto na desocupada, é alta, mas vem se reduzindo.

Esse diferencial na participação de homens e de brancos na PEA efetiva ocupada também tem seus reflexos na remuneração, o que, segundo alguns autores, pode ser explicado pela existência de discriminação de gênero e de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro. Conforme Leme e Wajnman (2000), nota-se uma redução dos diferenciais de rendimento por gênero no País, mas este ainda é alto, uma vez que os homens recebem em média 40% a mais do que as mulheres. Os resultados do trabalho de Cavaliere e Fernandes (1998) também sugerem que os salários dos homens são superiores aos das mulheres e, além disso, que os salários dos indivíduos de cor branca são superiores aos de cor preta e parda, o que indica a existência de discriminação tanto de cor quanto de gênero.<sup>14</sup>

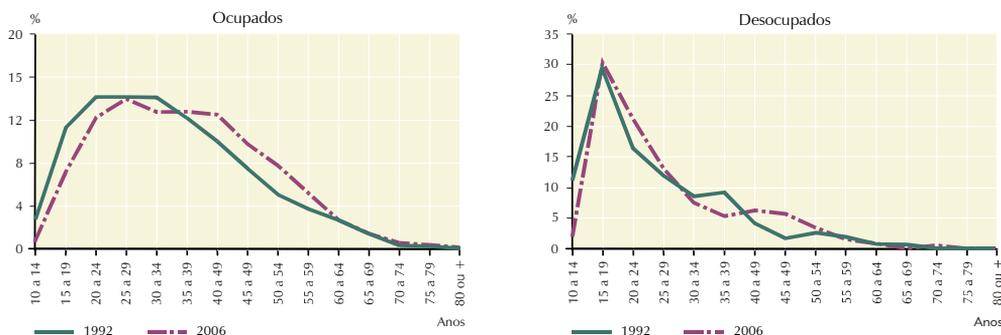
Outra característica da PEA efetiva que se modifica em relação à população total, além do gênero, é o perfil etário, conforme a tabela 5 e o gráfico 3. Verifica-se que as curvas da faixa etária em relação à respectiva proporção apresentam picos, aproximando-se de uma parábola. No entanto, tanto na PEA efetiva ocupada quanto na desocupada é possível observar o deslocamento das curvas para a direita, indicando o envelhecimento também da PEA efetiva, a exemplo do que se observou na população total, como era esperado.

No gráfico, nota-se que as faixas etárias com as maiores proporções da PEA efetiva ocupada, em 1992, eram aquelas com indivíduos de 20 a 34 anos; já em 2006, são aquelas com indivíduos de 25 a 44 anos. Na PEA efetiva desocupada, a faixa etária com indivíduos de 15 a 19 anos detém a maior proporção, mas a faixa com indivíduos de 20 a 24 anos vem aumentando gradativamente sua participação, o que também reflete o envelhecimento da população (ver gráfico 3). Embora esse fato também possa ser explicado pela maior busca por educação e, com isso, a procura por emprego em um período posterior da vida, prorrogando a entrada do indivíduo no mercado de trabalho.

---

<sup>14</sup> Os autores ressaltam que esses resultados persistiram mesmo quando foram realizados controles, tais como: idade, anos de estudo, região e cor (raça).

GRÁFICO 3 - COMPOSIÇÃO DA PEA EFETIVA, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE, OCUPADOS E DESOCUPADOS - PARANÁ - 1992 E 2006



FONTE: PNAD

Verifica-se que o desemprego é maior entre os mais jovens, especialmente devido à baixa experiência. Enquanto o desemprego, em 2006, era de 8,0% na PEA efetiva total, entre os jovens de 15 a 24 anos era de 19,1%, ou seja, mais que o dobro.

O nível educacional constitui um dos principais determinantes não só para o indivíduo obter um emprego, mas, também, para obter um emprego com maior remuneração. Evidências empíricas sugerem fortemente que a educação representa a variável de maior poder explicativo para a desigualdade de rendimentos no Brasil (FERREIRA, 2000). A educação também tem ganhado importância na explicação dos diferenciais de salários, conforme Arbache (2000). A importação de tecnologia com viés para trabalho qualificado, favorecida pelo processo de abertura comercial brasileira, pode ser indicada como uma importante justificativa para a relevância da educação no mercado de trabalho.

O nível educacional para a PEA efetiva ocupada e desocupada do Paraná está apresentado na tabela 6.<sup>15</sup> Nos dois grupos, ocupados e desocupados, nota-se um crescimento da proporção de indivíduos nos três últimos níveis educacionais, com ensino fundamental completo ou secundário incompleto, secundário completo ou superior incompleto e superior completo ou mais, ou seja, indivíduos com 8 ou mais anos de estudos. Por outro lado, verifica-se um decréscimo daqueles indivíduos que ainda não concluíram o ensino fundamental. Esses fatos indicam um aumento da educação média no mercado de trabalho paranaense, seguindo a tendência nacional.

Segundo a CEPAL (2002), os anos médios de escolaridade na PEA total, em 1999, no Brasil, era igual a 5,5 anos, número abaixo de países como Argentina (10,1 anos em 1999), Chile (9,0 anos em 2000), México (7,4 anos em 1998), Paraguai (6,8 anos em 1999) e Venezuela (8,3 anos em 1999).<sup>16</sup>

<sup>15</sup> São seis os níveis educacionais: analfabeto ou com menos de 1 ano de estudos; alguma educação elementar (1 a 3 anos de estudos); educação elementar completa ou fundamental incompleto (4 a 7 anos de estudos); fundamental completo ou secundário incompleto (8 a 10 anos de estudos); secundário completo ou superior incompleto (11 a 14 anos de estudos), e superior completo ou mais (15 anos ou mais de estudos).

<sup>16</sup> Entre os ocupados, os anos médios de escolaridade eram iguais a: 10,0 na Argentina; 5,1 no Brasil; 9,0 no

TABELA 6 - COMPOSIÇÃO DA PEA EFETIVA, PARA OCUPADOS E DESOCUPADOS, SEGUNDO OS ANOS DE ESCOLARIDADE - PARANÁ - 1992/2006

ANO	COMPOSIÇÃO DA PEA EFETIVA (%)											
	Ocupados					Desocupados						
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	De 11 a 14 anos	15 anos ou mais	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	De 11 a 14 anos	15 anos ou mais
1992	11,7	19,6	35,3	14,2	14,3	4,9	7,6	16,3	46,8	17,8	10,1	1,3
1993	11,0	18,5	37,3	14,0	14,3	4,9	7,6	17,9	42,2	21,2	9,0	2,0
1995	9,5	18,0	35,8	14,6	15,5	6,6	9,7	14,5	44,8	18,7	11,3	1,0
1996	8,8	18,0	35,2	16,1	15,7	6,1	5,9	16,5	44,3	19,3	11,8	2,2
1997	7,4	15,0	37,2	16,2	17,0	7,1	4,8	12,4	41,8	23,2	15,7	2,1
1998	8,2	15,2	35,0	16,9	17,9	6,8	5,8	11,9	37,8	24,3	17,1	3,0
1999	7,8	13,0	33,0	17,9	20,6	7,7	7,4	12,3	33,8	26,4	17,6	2,4
2001	8,0	12,1	28,9	18,0	24,7	8,2	7,1	8,5	29,8	26,7	25,2	2,6
2002	6,1	11,3	28,1	17,5	28,7	8,2	4,1	8,7	27,9	27,7	27,2	4,4
2003	5,9	10,4	25,7	19,2	30,1	8,7	6,4	8,7	25,8	28,7	26,8	3,6
2004	6,0	9,5	26,2	17,6	31,0	9,8	4,1	7,3	25,5	28,5	31,0	3,6
2005	5,2	9,3	25,1	17,6	32,1	10,8	4,2	9,3	25,6	30,7	27,0	3,2
2006	4,6	8,3	25,4	17,5	33,5	10,7	4,3	6,4	24,8	27,3	33,3	3,8

FONTE: PNAD

No Paraná, em 1992, a PEA efetiva possuía 5,7 anos de escolaridade, em média; já em 2006, esse valor subiu para 7,7 anos, com um aumento expressivo de 41,5%, conforme informações da PNAD. Entre os ocupados e desocupados esses valores eram similares: em 1992, igual a 5,7 anos para ambos os segmentos e, em 2006, igual a 7,7 anos para os primeiros e 8,2 anos para os últimos. Esses dados, quando comparados aos dos países vizinhos, sugerem que o País e o Paraná ainda precisam avançar nessa área.

### 3 ANÁLISE SETORIAL DA OCUPAÇÃO NO PARANÁ

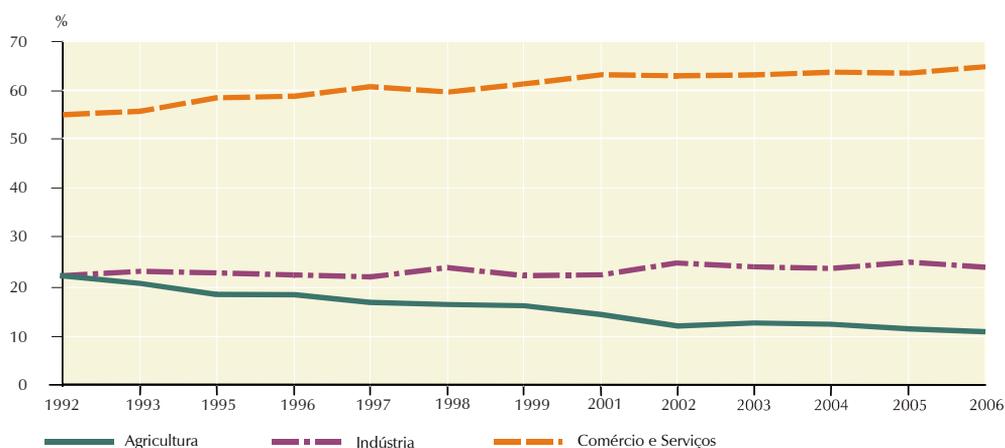
Durante a década de 1990 observa-se um crescimento da PEA ocupada no setor de comércio e serviço, em detrimento da redução da importância da agricultura na geração de empregos; já a indústria apresentou um crescimento modesto, conforme o gráfico 4. Com isso, a agricultura, que em 1992 tinha 22,4% dos postos de trabalho, passa a empregar 10,9% em 2006; a indústria passa de 22,4% para 24,0%, e o comércio e serviço de 55,0% para 61,1%, nesse período, o que representa uma redução dos postos de trabalho de 51,3% na agricultura, e um aumento de 7,1% na indústria e de 17,9% no comércio e serviço. Esse crescimento do setor industrial pode ser considerado como um dos reflexos das políticas e incentivos adotados no Estado e, também, do melhor desempenho do PIB do País nesta nova década.

Essa tendência de redução dos postos de trabalho no campo faz parte do processo de desenvolvimento econômico, com a migração rural-urbana, segundo Libardi & Delgado (1999), cuja fase mais intensa no Paraná ocorreu com o processo

Chile; 6,8 no México; 6,5 no Paraguai; e 7,8 na Venezuela. Por outro lado, entre os desocupados, foi igual a 10,2; 6,0; 9,1; 8,1; 7,1; e 8,8, respectivamente.

de modernização da agropecuária, iniciada na década de 1970. Para Tavares (2005), é nessa década que o Paraná muda a sua base produtiva, essencialmente agrícola, para uma estrutura mais diversificada e industrial, que se fortalece nas décadas seguintes. Na década de 1990, especialmente na segunda metade, o Estado passa por uma nova reestruturação da base produtiva, com dois eixos, um deles representado pelos investimentos e incentivos fiscais na RMC, especialmente relacionados à indústria automotiva, e o outro pelos novos investimentos para aumentar o potencial de crescimento agroindustrial, conforme IPARDES (2003).

GRÁFICO 4 - COMPOSIÇÃO DA PEA OCUPADA, SEGUNDO O SETOR - PARANÁ - 1992/2006



FONTE: PNAD

A tabela 7, a seguir, mostra a composição da PEA ocupada por setor, nas regiões metropolitana e não-metropolitana, considerando a área urbana e a rural. Essas informações indicam que as mudanças setoriais no Estado, na comparação entre 1992 e 2006, foram mais intensas na região não-metropolitana, especialmente com a redução de postos de trabalho no setor agrícola, na área rural. Por outro lado, na RMC as alterações não são tão significativas, mas é possível verificar a expansão dos três setores estudados na sua área rural. Na área urbana da Região Metropolitana verifica-se uma expansão do comércio e serviço em detrimento dos outros dois setores.

Conforme Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), o aumento de atividades no meio rural é um fenômeno já observado nos países em desenvolvimento. Para os autores, essas atividades podem ser subdivididas em três grupos: a agropecuária moderna, ligada às agroindústrias e à produção de *commodities*; as atividades não-agrícolas, associadas à indústria e à prestação de serviços; e um conjunto de “novas” atividades agrícolas, relacionadas a nichos especiais de mercado.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Segundo Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), essas “novas” atividades constituem atividades tradicionais, tais como a produção de hortaliças, mas com nova forma de produção associada a mudanças na base técnica e na integração com as demais mercadorias.

TABELA 7 - COMPOSIÇÃO DA PEA EFETIVA OCUPADA, PARA OS SETORES DE ATIVIDADE<sup>(1)</sup>, SEGUNDO A REGIÃO METROPOLITANA E NÃO-METROPOLITANA E O DOMICÍLIO RURAL E URBANO - PARANÁ - 1992/2006

VARIÁVEL	COMPOSIÇÃO DA PEA EFETIVA OCUPADA (%)												
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Metropolitana													
Urbana	95,82	94,97	95,61	95,46	94,13	93,95	93,41	91,57	92,07	92,39	92,73	91,57	92,21
Setor 1	1,52	1,08	0,83	0,70	0,82	0,74	0,75	0,61	1,21	0,94	1,05	0,72	0,79
Setor 2	29,74	28,29	28,71	27,56	26,35	26,86	25,89	23,38	23,50	23,68	24,37	24,90	24,05
Setor 3	64,56	65,61	66,08	67,20	66,97	66,34	66,77	67,58	67,37	67,77	67,32	65,96	67,37
Rural	4,18	5,03	4,39	4,54	5,87	6,05	6,59	8,43	7,93	7,61	7,27	8,43	7,79
Setor 1	1,83	1,97	1,31	1,17	1,10	1,03	1,05	3,66	1,46	2,03	1,66	2,04	1,87
Setor 2	1,11	1,27	1,34	1,25	1,66	2,05	1,95	2,01	2,36	2,03	1,90	2,46	2,53
Setor 3	1,24	1,78	1,74	2,11	3,10	2,98	3,58	2,75	4,10	3,56	3,70	3,92	3,39
Não-Metropolitana													
Urbana	74,75	76,22	77,70	77,65	79,16	77,55	78,40	81,71	83,92	83,84	84,44	84,09	84,76
Setor 1	9,50	9,67	8,38	9,16	9,05	7,58	7,41	6,03	5,07	5,39	5,87	4,84	4,82
Setor 2	17,71	18,84	18,32	18,01	17,64	19,33	18,20	19,42	22,52	21,87	21,22	22,02	21,25
Setor 3	47,54	47,71	51,01	50,49	52,48	50,64	52,79	56,26	56,33	56,58	57,35	57,23	58,70
Rural	25,25	23,78	22,30	22,35	20,84	22,45	21,60	18,29	16,08	16,16	15,56	15,91	15,24
Setor 1	19,79	17,79	16,87	16,27	14,52	14,87	14,98	13,41	11,37	11,61	11,05	10,80	10,05
Setor 2	1,73	2,04	1,88	1,86	2,06	2,58	1,99	1,56	1,64	1,34	1,29	1,70	1,49
Setor 3	3,73	3,96	3,55	4,22	4,27	5,01	4,63	3,32	3,07	3,21	3,21	3,41	3,70

FONTE: PNAD

(1) Agricultura (setor 1), indústria (setor 2) e comércio e serviço (setor 3).

Considerando a posição na ocupação, pode-se dividir a PEA ocupada em empregado, conta própria e empregador, conforme a tabela 8. A proporção de empregados caiu na agricultura e na indústria e aumentou no comércio e serviço, setor que demanda mais mão de obra do que os demais. Essa categoria é a que detém o maior percentual de indivíduos, tanto na indústria quanto no comércio e serviço. Os empregadores, como o esperado, é a categoria que possui a menor participação na PEA ocupada e se manteve praticamente estável nos três setores analisados, mas pode-se ressaltar o aumento de 4,4% para 6,3% no setor de comércio e serviços. Na agricultura, é o conta própria que representa a categoria mais expressiva e sua participação relativa vem crescendo nesse setor e na indústria. Um dos principais fatores que explicam o crescimento do conta própria é o processo de terceirização, que busca reduzir o custo da mão de obra, que no Brasil é excessivo. Conforme Ramos (2002), esse processo tem sido utilizado notadamente com o enxugamento da estrutura produtiva, sobretudo na indústria de transformação, reflexo da abertura comercial crescente da economia brasileira.

Ainda analisando a posição na ocupação, pode-se proceder à organização nas informações das PNADs, buscando mensurar o nível de informalidade em cada setor. Assim, é considerado como informal o empregado sem carteira assinada e o conta própria; por outro lado, como trabalhador formal o empregado protegido ou com algum vínculo empregatício e o empregador.<sup>18</sup> Portanto, o aumento do conta

<sup>18</sup> Ressalta-se que a categoria de empregados deve ser subdividida em duas: empregados com algum vínculo formal de trabalho e empregados sem vínculo formal de trabalho.

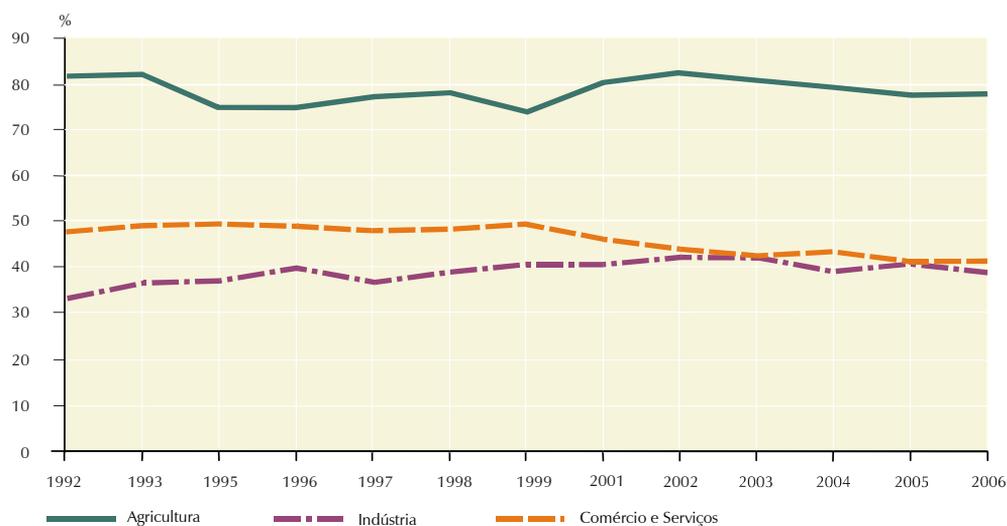
própria e da terceirização, já verificado, está associado à informalidade. O nível e a tendência da informalidade no Paraná, considerando essa definição, ou seja, a proporção de trabalhadores conta própria e de empregados sem vínculo formal de trabalho em relação ao total de trabalhadores, em cada setor, podem ser observados no gráfico 5.

TABELA 8 - COMPOSIÇÃO DA PEA OCUPADA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - PARANÁ - 1992/2006

ANO	COMPOSIÇÃO DA PEA OCUPADA (%)								
	Agricultura			Indústria			Comércio e Serviço		
	Empregado	Conta Própria	Empregador	Empregado	Conta Própria	Empregador	Empregado	Conta Própria	Empregador
1992	48,20	45,74	6,06	78,71	16,47	4,83	74,81	20,79	4,40
1993	50,73	44,57	4,70	78,74	17,49	3,77	73,77	20,97	5,26
1995	50,83	42,71	6,47	77,62	15,65	6,74	72,12	21,91	5,97
1996	51,56	43,06	5,37	74,38	20,11	5,51	72,53	22,50	4,97
1997	52,51	42,49	5,00	77,90	16,67	5,43	74,64	20,79	4,57
1998	52,87	43,30	3,84	75,81	18,16	6,03	73,29	21,36	5,34
1999	50,64	43,93	5,44	75,22	19,33	5,45	71,36	23,13	5,51
2001	43,02	50,94	6,04	73,80	20,87	5,33	72,56	21,36	6,08
2002	41,59	54,00	4,41	70,32	24,32	5,36	76,48	17,84	5,68
2003	45,85	49,89	4,26	66,63	28,23	5,13	77,01	17,28	5,71
2004	45,54	47,64	6,82	72,55	21,33	6,12	76,09	18,27	5,63
2005	41,87	52,19	5,94	69,88	25,28	4,84	76,31	17,22	6,48
2006	40,53	53,34	6,13	71,63	23,71	4,67	75,98	17,69	6,32

FONTE: PNAD

GRÁFICO 5 - INFORMALIDADE, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE - 1992/2006



FONTE: PNAD

Observa-se que o setor em que o nível de informalidade é maior é a agricultura, seguida pelo comércio e serviço e pela indústria. No entanto, esse nível de informalidade vem caindo nos dois primeiros setores e aumentando no último. Em 2006, foi de 77,9%, 41,4% e 38,1%, respectivamente. Conforme as informações da PNAD, no Estado, a informalidade caiu de 52,2%, em 1992, para 45,0%, em 2006, em média.

Por fim, podemos considerar o rendimento médio real em cada setor, conforme mostra a tabela 9. Os rendimentos foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços do IBGE, com base em setembro de 2006. O setor em que a remuneração é maior é o comércio e serviço, seguido pela indústria e pela agricultura. Segundo Hoffmann (2000), o baixo rendimento da agricultura pode ser explicado pela subestimação de rendimentos dos agricultores familiares nas PNADs, como já salientado, que não incluem o valor da produção para autoconsumo e podem estar subestimando o valor da produção comercial dessa parcela de produtores.

TABELA 9 - RENDIMENTO REAL<sup>(1)</sup> MÉDIO DA PEA OCUPADA, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - PARANÁ - 1992/2006

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇO
1992	394,82	676,38	685,49
1993	603,19	852,82	796,79
1995	559,20	940,52	1.090,37
1996	572,09	994,98	1.107,32
1997	608,70	928,07	1.040,26
1998	503,69	891,48	1.090,42
1999	613,42	863,04	1.039,12
2001	630,65	815,74	1.013,33
2002	755,73	805,23	947,88
2003	738,79	794,91	916,81
2004	727,51	746,26	943,17
2005	778,35	773,37	1.018,58
2006	774,87	838,88	1.036,63

FONTE: PNAD

(1) Os rendimentos foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços do IBGE, com base em setembro de 2006.

No período analisado, ocorreu um aumento real dos rendimentos nos três setores. A agricultura obteve o maior aumento, 96,3%, o comércio e serviço 51,2% e, por fim, a indústria, com 24,0%. Verifica-se que o aumento dos rendimentos foi mais significativo na década de 1990. Nesse novo século, observa-se até mesmo uma queda nos rendimentos nos setores de comércio e serviço e na indústria, em relação ao ano de 1999. No Paraná, em média, o rendimento real era de R\$ 618,36 em 1992, R\$ 914,38 em 2001, e R\$ 960,67 em 2006.

Verifica-se uma relativa estagnação do rendimento no período recente, até 2004, mas uma recuperação nos dois últimos anos do período analisado. Rocha (2006) observou uma redução da pobreza e da indigência no País de 2003 a 2004, mas também uma estabilização do rendimento médio das pessoas ocupadas.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> O rendimento real médio das pessoas ocupadas no País foi igual a R\$ 648,16 em 2003 e a R\$ 648,96 no ano seguinte, valores referentes a setembro de 2004, conforme Rocha (2006).

Com isso, em geral, as transformações na ocupação no Paraná não foram homogêneas. Enquanto nas regiões não-metropolitanas urbanas a ocupação vem aumentando na indústria e no comércio e serviço, na agricultura há perdas de postos de trabalhos, em áreas urbanas e rurais. Por outro lado, na RMC esse processo parece ter se esgotado, pois nas áreas rurais os três setores têm aumentado seus postos de trabalho; já na área urbana apenas o setor de comércio e serviço apresentou aumento relativo dos postos de trabalho. A informalidade reduziu-se em média no Estado, notadamente na década de 2000, mesmo tendo sido verificado um aumento do conta própria na agricultura e na indústria. Por fim, o rendimento real médio, que cresceu de forma expressiva na década de 1990, no início da nova década apresentou redução, voltando, contudo, a aumentar ao final do período estudado, em 2005 e 2006.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou as transformações no mercado de trabalho no Estado do Paraná, a partir do início da década de 1990. Primeiramente, observou-se um aumento da população no Estado, especialmente na Região Metropolitana de Curitiba. Seguindo uma tendência nacional, a população feminina cresceu mais do que a masculina, o que pode ser associado à redução relativa da população jovem masculina, e a idade média também aumentou, indicando um envelhecimento da população paranaense. Pôde-se constatar um crescimento relativo tanto da população em idade ativa quanto da população economicamente ativa ou da oferta de trabalho, em relação à população total.

Embora o nível de desemprego tenha aumentado no Estado, foi possível observar uma tendência de redução a partir do início da nova década. Nota-se um aumento do desemprego nas áreas rurais do Estado, enquanto nas áreas urbanas ocorre uma redução, tanto na região metropolitana quanto na não-metropolitana. A ocupação tem aumentado mais que proporcionalmente na área rural da RMC e na área urbana da região não-metropolitana do Estado. As mulheres vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho, mas passaram a representar a maior proporção entre os desocupados, posição ocupada pelos homens no início da década de 1990. O envelhecimento da população teve reflexos no mercado de trabalho, com o aumento na proporção da população economicamente ativa nas faixas etárias mais altas. O nível de escolaridade cresceu entre os ocupados e os desocupados, cujo patamar no Paraná é maior do que a média nacional.

A agricultura continua a perder parcela significativa do mercado de trabalho, especialmente nas regiões não-metropolitanas, mas esta atividade vem crescendo na área rural da RMC, juntamente com os outros dois setores. Por outro lado, o comércio e serviço e a indústria ampliam a proporção da mão de obra ocupada. Os empregados vêm perdendo espaço na agricultura e na indústria em detrimento do conta própria, mas no comércio e serviço ocorre uma expansão dessa parcela de trabalhadores, juntamente com os empregadores. Já a informalidade caiu em média

no Estado, em função da redução ocorrida na agricultura e no comércio e serviço. Por fim, o rendimento médio real aumentou nos três setores, mas é menor na agricultura, seguido pela indústria e pelo comércio e serviço.

Esses fatos refletem um cenário de maior competitividade no mercado de trabalho, com as mulheres buscando seu espaço bem como um maior nível de instrução. Destaca-se o alto nível de desemprego, explicado, em grande parte, pelo baixo crescimento econômico e pela utilização de novas tecnologias poupadoras de mão de obra. Isto é preocupante, pois sugere um aumento dos problemas sociais, o que demanda maior atenção governamental, não só no meio urbano, mas também no rural, onde tem crescido o desemprego.

## REFERÊNCIAS

AMADEO, E. Instituições trabalhistas e desempenho do mercado de trabalho no Brasil. In: TAFNER, P. (Ed.) **Brasil: o estado de uma nação - mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.231-303.

ARBACHE, J. S. Determinação e diferencial de salários no Brasil. In: FONTES, R.; ARBEX, M.A. **Desemprego e mercado de trabalho: ensaios teóricos e empíricos**. Viçosa: Editora UFV, 2000. p.125-184.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 26p. (Texto para discussão n. 858)

CAMARANO, A. A. A oferta de força de trabalho brasileira: tendências e perspectivas. In: TAFNER, P. (Ed.) **Brasil: o estado de uma nação - mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.69-118.

CAVALIERE, C. H.; FERNANDES, R. Diferenciais de salários por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Economia Política**, v.18, n.1, p.158-175, jan.-mar., 1998.

CEPAL-COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Globalização e Desenvolvimento**. Santiago, 2002. 387p.

DINIZ, C. C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para discussão, 375).

KLEINKE, M. L.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Movimento Migratório no Paraná (1986/91 1991/96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.95, p.27-50, jan.-abr., 1999.

FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.131-158.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo horizonte, n.7, v.1, p.43-81, maio-jun., 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan.-abr., 2002.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia**, Campinas, v.1, n.2, p.147-183, jul.-dez., 2000.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.81-107.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA) **Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, IBGE, 2004.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociodemográficos: perspectiva para o Brasil 1991-2030**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, 129p.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90**. Curitiba: IPARDES, 2003. 93p.

IPARDES. Economia paranaense: indicadores selecionados. **Análise conjuntural**, Curitiba. v.29, n.11-12, p.29-41, 2007.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. Tendências de coorte nos diferenciais de rendimentos por sexo. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.159-176.

LEONE, E.T. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003, p.199-230.

LIBARDI, D.; DELGADO, P. A redução do trabalho agrícola no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.95, p.51-59, jan.-abr. 1999.

MAGALHÃES, M. V.; KLEINKE, M. L. U. Projeção da população do Paraná: tendências e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**, Curitiba, n.98, p.27-43, jan.-jun. 2000.

MACEDO, M. M.; VIEIRA, V. F.; MEINERS, W. E. M. A. Fases de desenvolvimento no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.103, p.5-22, jul.-dez. 2002.

NOJIMA, D. Crescimento e reestruturação industrial no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.103, p.23-43, jul.-dez. 2002.

PACHECO, C. A. **Novos padrões de localização industrial?: tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial**. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para discussão, 633).

RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 10p. (Texto para discussão, 914).

RAMOS, L. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro. In: TAFNER, P. (Ed.) **Brasil: o estado de uma nação - mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.307-353.

RAMOS, L.; BRITO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 18p. (Texto para discussão, 1.011)

RAMOS, L.; SOARES, A. L. **Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, 1994. 19p. (Texto para discussão, 350).

RAMOS, L.; VIEIRA, M. L. Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.159-176.

ROCHA, S. **Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil**. Rio de Janeiro: IETS, 2006. 24p. Disponível em: <<http://www.iets.inf.br>>. Acesso em: fev. 2006.

SUZUKI JR., J. T. Economia paranaense: resultados em 2005. **Análise conjuntural**, Curitiba, v.27, n.11-12, p.2-7, 2005.

SUZUKI JR., J. T. Economia paranaense: resultados em 2006. **Análise conjuntural**, Curitiba, v.28, n.01-02, p.16, 2007.

TAVARES, L. P. O. São José dos Pinhais no contexto da recente industrialização metropolitana: reflexos socioespaciais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.108, p.33-59, jan.-jun. 2005.

## APÊNDICE

EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL<sup>(1)</sup> DE PESSOAS NO PARANÁ - 1992-2006

ANO	AMOSTRA	POPULAÇÃO <sup>(2)</sup>
1992	19.645	8.576.522
1993	19.525	8.697.065
1995	20.576	8.936.193
1996	20.037	9.052.913
1997	17.603	7.794.654
1998	20.577	9.286.559
1999	21.385	9.497.027
2001	19.450	9.788.531
2002	19.565	9.911.243
2003	19.451	10.034.526
2004	19.839	10.158.730
2005	19.874	10.282.099
2006	20.142	10.409.517

FONTE: PNAD

NOTA: Elaboração da autora.

(1) Sem a exclusão dos indivíduos com informações incompletas.

(2) A estimativa da população é obtida utilizando os fatores de expansão disponibilizados pelo IBGE.